



CADERNO DE ESTUDOS  
ÁGORA

Vol. 1, n. 2 (Jul/Dez 2024)  
ISSN: 2966-0238

## O ETHOS DE CONFIANÇA E A DIGNIDADE BURGUESA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS OBRAS DE ALAIN PEYREFITTE E DEIRDRE MCCLOSKEY

**Autor:** Tiago Cabral Barreira

**Resumo:** O artigo analisará o conceito de ethos de confiança, exposto na obra *A Sociedade de Confiança*, do diplomata francês Alain Peyrefitte, e definido como uma ética valorizadora da confiança entre indivíduos e fundamento do ciclo de inovação e desenvolvimento econômico moderno entre países. Este conceito será comparado com a ideia de Dignidade Burguesa, ideia similar desenvolvida pela economista americana Deirdre McCloskey, em *Bourgeois Dignity: Why Economics Can't Explain the Modern World*. Para McCloskey, uma Retórica favorável aos valores de livre-comércio e a inovação, a partir do século XVII nos Países Baixos e Inglaterra conferiu dignidade moral e aprovação social aos empreendedores. E maior dignidade moral à classe burguesa possibilitaria um ciclo virtuoso de criatividade e inovação na Europa moderna. Conclui-se que ambos os autores introduzem uma nova abordagem na teoria do desenvolvimento. Desenvolver e enriquecer um país é um trabalho de convencer e introduzir novas mentalidades em seu sistema de valores. Cabe à classe pensante de um país a responsabilidade de disseminar valores impulsionadores da economia de mercado.

**Palavras-chave:** *Confiança, Ética, História Econômica, Economia do Desenvolvimento, Retórica*

## 1. Introdução

O estudo das origens e causas do desenvolvimento econômico das nações é recorrente na economia, desde Adam Smith. O que explica o avanço de umas e a estagnação de outras ao longo da história? Teorias econômicas modernas vêm recorrendo a fatores quantitativos como taxa de poupança, ou qualitativos como nível de acumulação de capital humano (educação) da população e instituições sociais. Outro fator a ser considerado é de ordem ético-cultural, vinculada ao grau de honestidade nos contratos e aceitação moral em uma sociedade da inovação, concorrência e do empreendedorismo. Alain Peyrefitte, na obra *A Sociedade de Confiança*, desenvolve o fator da confiança entre os indivíduos enquanto causa fundamental que define o desenvolvimento e atraso de países. Países de sociedade de confiança, isto é, com uma ética valorizadora da confiança (sociedade cooperativa; trocas vistas como um elemento em que todos ganham), obterão maior prosperidade no longo prazo. Já aqueles fundados na desconfiança (sociedade de conflito; trocas vistas como jogo de soma zero, um ganha outro perde), estagnarão. Ao mesmo tempo, não é possível instituições sólidas e acumulação de capital em meio a um ambiente ético-moral hostil a elas.

Para Peyrefitte, é a conduta ética dos indivíduos que define as disparidades econômicas entre nações, influenciando-a não só diretamente, mas também indiretamente, enquanto propulsora da acumulação de capital humano, da solidez das instituições e do nível de poupança, ou seja, todas as demais variáveis do desenvolvimento econômico. A valorização ética da confiança seria, portanto, a fonte de todo crescimento. Tal tese colocaria a ciência econômica mais próxima da Ética, reaproximando-a de seu objeto de estudo original do século XVIII, como parte da filosofia política e moral.

O artigo irá estudar o papel da ética de confiança de Peyrefitte enquanto fundamento do desenvolvimento. Serão estudadas as causas que levam ao seu aparecimento nos países. Será contrastado a sua obra com a de Deirdre McCloskey, em *Bourgeois Dignity: Why Economics Can't Explain Modern World*, que também alcançou conclusões parecidas. Para McCloskey, uma Retórica favorável ao livre-comércio e à inovação, a partir do século XVII nos Países Baixos e Inglaterra conferiu dignidade aos empreendedores. E maior dignidade a classe burguesa possibilitaria um ciclo virtuoso de criatividade e inovação na Europa moderna.

O *ethos* de confiança, para Peyrefitte, é expressado na passagem abaixo:

“Trata-se de resgatar disposições mentais e comportamentos

coerentes que sejam capazes de livrar o homem individual e social da obsessão da segurança, da inércia dos equilíbrios já alcançados, do peso das autoridades ou do piche dos costumes. Trata-se de pô-lo no caminho não da rebelião e da destruição, mas na construção de um mundo onde a satisfação das necessidades materiais e o desabrochar das aspirações naturais possam beneficiar-se de progressos constantes” (Peyrefitte, pp.448-9)

São elementos éticos-morais presentes em culturas de sociedades, algumas mais, outras menos. Podem ser subdivididos esses elementos em: a) Confiança interna - a mentalidade empreendedora, a capacidade de assumir riscos, de ser autônomo, de ousar a fiar-se em seu próprio julgamento, em vez de se submeter ao pensamento de outrem; b) Confiança externa - a confiança mútua e cooperação entre as partes, tolerância, descentralização da autoridade, a credibilidade e honestidade entre as partes; c) Confiança em Deus - A certeza de que suas ações fortalecerão sua dignidade e que não o afastarão do ideal moral do perfeitamente justo e bom. Ação empreendedora vista como virtuosa e legitimada por uma ordem transcendente.

Com isso, Peyrefitte separa dois tipos de sociedade na história: a) Sociedade de confiança – sociedade cooperativa; trocas vistas como um elemento em que todos ganham, inovação e empreendedorismo bem vistos e como fator de dignificação moral; Estados tolerantes e pouco intervencionistas com o indivíduo, disseminação da educação e alfabetização; Estado descentralizado; e b) Sociedade de desconfiança - sociedade de conflito; trocas vistas como jogo de soma zero, um ganha outro perde; sujeição à autoridade externa; Estados intolerantes e altamente intervencionistas com o indivíduo; educação e alfabetização restrita a uma minoria; Estado hipertrofiado. O contraste entre ambos os tipos de sociedade, marcadamente presentes em países europeus, é discorrido por Peyrefitte ao analisar as origens e os fatores que impulsionaram o *ethos* de confiança na Europa. Menciona como uma das causas a Reforma Protestante no século XVI, que trouxe como consequência um impulso à alfabetização, garantindo a autonomia das massas. Por outro lado, como fatores que reprimiram o *ethos*, se encontra o espírito da Contrarreforma. – Doutrina religiosa que privilegiava a obediência à autoridade eclesiástica e via com desconfiança a autonomia individual.

A sociedade de confiança criaria um ambiente moral impulsionador do forte desenvolvimento europeu observado a partir do século XVIII, com a Revolução Industrial. Uma argumentação semelhante é defendida por Deirdre McCloskey em *Bourgeois Dignity*.

Alguns pontos a serem ressaltados na obra de McCloskey colhem-se de sua análise das causas da Revolução Industrial europeia. A Revolução Industrial e o desenvolvimento do capitalismo no século XVIII e XIX produziu um crescimento sem precedentes na riqueza e no padrão de vida dos países, não somente para os ricos, mas também para os mais pobres. Renda média da população tornar-se-ia 16x maior, algo inédito na história das civilizações.

Entretanto, a teoria econômica moderna é incapaz de explicá-la por fatores convencionais. McCloskey desenvolve ao longo do livro refutações de várias dessas explicações. O que causou o desenvolvimento não seriam restrições externas (capital, educação, geografia), instituições, nem acidentes históricos (imperialismo, acumulação primitiva, escravidão), mas sim o que o causou foi o surgimento de uma mentalidade aberta à inovação e ao empreendedorismo, em suma, a *dignidade burguesa*. Trata-se de um elemento retórico, e não necessariamente uma variável quantitativa.

Um sistema econômico liberal, que proveja o máximo de riqueza e bem-estar a uma sociedade, não necessariamente será o escolhido por uma sociedade. Embora a racionalidade econômica e a maximização de utilidade digam que isso é o melhor, agentes de uma sociedade não necessariamente agirão por prudência nessa situação. Isso se deve ao fato de que a prudência não é a única virtude a ser alcançada pelos homens. McCloskey critica esse reducionismo da abordagem econômica como *Economics of Prudence Only*, dizendo que outras virtudes, como caridade, temperança, coragem, esperança e fé, são importantes nas escolhas e decisões humanas. Todas as sete virtudes cardeais são importantes e devem ser consideradas ao se analisar o desenvolvimento econômico e a mentalidade burguesa.

Portanto, a causa do desenvolvimento foi a valorização moral da burguesia, dando-lhe um novo sentido em suas atividades e uma *dignidade* própria. A sociedade passou a confiar em seu caráter inovador e criativo, e a exaltar mais os méritos da inovação tecnológica do que os malefícios que ela traz; surge certa aceitação da destruição criadora. Esse processo se daria a partir do século XVII na Holanda, e se espalharia para Inglaterra, a *Great Revolution*, com ampla valorização da liberdade e do indivíduo.

Com base na literatura pesquisada, pode-se observar que o desenvolvimento econômico não depende de fatores materiais, geográficos ou demográficos. Produção e riqueza são produtos do fator mental e cultural, e não material. Acumulação de capital físico e humano vão a reboque e são consequências destes.

Será realizada uma resenha e revisão da literatura pesquisada até então sobre a noção de *confiança* e o papel da ética no desenvolvimento econômico. Será contrastada principalmente a obra de Peyrefitte e a sua divisão entre sociedade de confiança/desconfiança com a formação da retórica pró-burguesa em McCloskey. Ao final, buscaremos pontos comuns e de divergência entre ambos os autores. Outros autores também serão estudados, como pontos de apoio para uma melhor comparação.

Não haverá um método específico de pesquisa, sendo o projeto aberto a um pluralismo metodológico. McCloskey, em seu livro *Rethoric in Economics*, apresenta críticas ao formalismo metodológico da Economia. Busca assim uma aproximação maior da economia como um gênero literário argumentativo e persuasivo, enfatizando o papel da retórica. (MCCLOSKEY, 1998). Segundo McCloskey, toda ciência depende da retórica argumentativa e alusão a símbolos, isto é, do uso de analogias, metáforas, figuras estilísticas, para o seu progresso. O positivismo cartesiano e o formalismo matemático, com o seu rigor, limitariam e muito o escopo de discussão científica e o desenvolvimento de ideias.

Para McCloskey, figuras simbólicas de persuasão não necessariamente atrapalham a investigação científica. O conhecimento científico tem como base o imaginário simbólico aludido pela persuasão. Ciência e retórica não são opostas entre si. A arte argumentativa é a matéria-prima para a apreensão da verdade no plano científico. (CARVALHO, 1997). Metodologia positivista também é retórica, mas limita muito seu escopo e capacidade argumentativa ao buscar apenas o empírico e quantitativo, ignorando outros aspectos qualitativos da conduta individual. Entretanto, a matemática é importante e não deve ser descartada, como uma importante ferramenta persuasiva e argumentativa.

## **2. A sociedade de Confiança**

Peyrefitte abre a obra expondo o debate do desenvolvimento econômico. O que torna os países desenvolvidos e subdesenvolvidos? Como resposta a tal pergunta, analisa as várias correntes de pensamento (materialismo histórico, realismo histórico, determinismo biológico) que buscaram explicá-la e realiza críticas as tais abordagens.

Peyrefitte toma como ponto de partida a análise histórica da Europa ocidental. Observa no continente europeu desde a Idade Média uma progressiva divergência econômica entre países, apesar de similaridades geográficas, sociais e étnicas. Ao estudar as causas da divergência europeia, observa a presença de elementos de impulsos e decadência entre tais países, que não se enquadra nas explicações convencionais do desenvolvimento. Trata-se de

causas inerentes a atitudes e preferências internas, e não ligadas necessariamente a fatores determinísticos externos.

Propõe então uma mudança no enfoque estudado (“revolução copernicana”), centrado em fatores materiais (matérias-primas, capitais, mão-de-obra, etc), para a abordagem de fatores subjetivos e imateriais. Para Peyrefitte as mentalidades culturais são o centro sobre o qual gravita as mudanças e dinâmicas de desenvolvimento, o motor essencial do desenvolvimento. Propõe então o estudo de uma nova ciência social, a etologia comparada do desenvolvimento econômico.

Peyrefitte define a etologia como:

“Propomos, em suma, lançar as bases de uma etologia comparada do desenvolvimento econômico, social, cultural, político. Etologia, isto é, estudo dos comportamentos e mentalidades respectivos das diversas comunidades humanas, quando fornecem fatores de ativação ou de inibição em matéria de intercâmbio, de mobilidade intelectual e geográfica, de inovação. Etologia - pois não nos podemos contentar aqui com os esquemas descritivos, mais redutores, da etnologia nem com as recomendações convencionais, mas sem efeito, da ética. (Peyrefitte, p.31)

Com base no estudo etológico do desenvolvimento, Peyrefitte observa a presença de uma atitude de confiança em países em fase de prosperidade, sendo o fator que exerce uma influência decisiva no desenvolvimento. Tal atitude se caracteriza por uma confiança na iniciativa pessoal e na criatividade e liberdade empreendedora. Povos que respeitam e incentivam tal iniciativa, tendem a promover o crescimento, enquanto os que a hostilizam tendem ao declínio.” A hipótese da confiança como fator central é argumentada e desenvolvida por Peyrefitte ao longo do livro, sendo desenvolvidas e apresentadas inúmeras evidências empíricas e históricas para sua confirmação.

A obra é dividida em 7 partes:

- 1) Antes da Divergência – A origem da divergência europeia. Uma análise da história econômica medieval. Por que não houve industrialização na Idade Média?
- 2) A Divergência Religiosa – O rompimento da cristandade milenar na Europa. A Reforma Protestante e a Contrarreforma. Como a teologia cristã calvinista e católica

impactaram mudanças nas atitudes e preferências em países europeus. A predestinação x livre-arbítrio. Críticas à tese de Weber.

- 3) A divergência do desenvolvimento – As primeiras etapas da divergência. Século XVII. Análise comparativa entre países protestantes e católicos. (Diferenças quanto ao fator colonialista, inovação, evoluções políticas). A França como meio-termo.
- 4) Olhar contemporâneo sobre a divergência – Desenvolvimento está ligado à tolerância e abertura. O caso holandês.
- 5) Impasses das teorias sobre o desenvolvimento – o que produz o desenvolvimento. Uma análise dos seus teóricos e da história das ideias. O impasse de Adam Smith com o mecanicismo da ordem de mercado. O impasse de Karl Marx e o edifício da desconfiança. O impasse de Weber sobre a correlação entre protestantismo e capitalismo. O impasse de Fernand Braudel e a história sem personagens.
- 6) Igreja Católica e Modernidade econômica – A relação da teologia católica com a economia de mercado. Ligações do pensamento católico com a regressão das nações latinas. A gradual aceitação católica da modernidade e a incorporação da confiança em sua antropologia.
- 7) Por uma abordagem etológica – críticas às noções mecanicistas do desenvolvimento. A importância do fator residual: a cultura. Definição da antropologia do desenvolvimento.

## **2.1. A origem da divergência europeia**

Peyrefitte descreve o desenvolvimento comercial europeu a partir do século XI, destacando o surgimento das corporações de ofício e a expansão no Mediterrâneo. Apesar de um ambiente medieval resistente à inovação, especialmente nas cidades, o campo absorveu avanços técnicos, como moinhos, que impulsionaram a produtividade agrícola. O comércio medieval era regulado por rígidas regras internas e protegido politicamente, promovendo o fortalecimento de estados nacionais.

A chamada "Pequena Divergência" (séc. XIV-XVI) ocorre em meio à Peste Negra, que transformou a estrutura demográfica e forçou a racionalização das terras para manter a produtividade. No século XV, observa-se a gradual aceitação pelas corporações do espírito inovador latente nas manufaturas. O comércio floresce nas cidades-estado italianas, fomentando a especialização e a divisão do trabalho. Nesse período, poucas desigualdades

se observam entre os futuros países do Norte e do Sul, e ambos seguem igualmente a mesma tendência de crescimento<sup>1</sup>.

Um fator crucial para a divergência europeia foi a invenção da imprensa. A difusão do conhecimento, facilitada pela imprensa, tornou-se um diferencial entre as regiões protestantes e católicas. A Reforma Luterana na Alemanha e a Calvinista na Suíça favoreceram a alfabetização em massa e a publicação de livros. Em contrapartida, nos países da Contrarreforma, a Igreja monopolizou a interpretação dos textos, limitando o acesso à informação e mantendo grande parte da população analfabeta. Isso resultou em uma clivagem geográfica, com áreas altamente alfabetizadas contrastando com regiões vizinhas de analfabetismo. Imprensa e Protestantismo estão ligados entre si e são fenômenos que se reforçam mutuamente, com as fronteiras religiosas definidas pela fronteira de alfabetização, salvo algumas exceções. Alfabetização é uma condição necessária, porém não suficiente, para o crescimento<sup>2</sup>. A alfabetização, fundamental para o crescimento econômico, também impulsionou o desenvolvimento comercial, pois exigia habilidades em leitura, escrita e

---

<sup>1</sup> Outros autores corroboram com essa visão. Pamuk (2007) e Broadberry (2013) mostraram a existência da Pequena Divergência, ocorrida na Europa durante esse período. A partir do século XIV, a Europa, por efeitos malthusianos, passaria a experimentar aumento da renda per capita. Grandes perdas da população com a Peste Negra ocasionaram escassez de trabalhadores. Salários reais explodiram, motivando a substituição de trabalho por capital intensivo como economia de custos. Inovações tecnológicas surgiam, como maquinários (moinhos de vento) e novas técnicas agrícolas de produção. Segundo Broadberry (2013), a Pequena Divergência também estaria intimamente ligada à Grande Divergência dos séculos XVII e XVIII, ao abrir caminhos institucionais para um ciclo virtuoso no desenvolvimento dos países europeus. Broadberry comprova o efeito escassez de trabalho com o crescimento progressivo da participação da pecuária, intensiva em capital, na agricultura britânica a partir dos séculos XIV e XV, bem como alteração nos hábitos de trabalho dos europeus, dedicando cada vez mais tempo ao trabalho e menos ao lazer. Pamuk (2007) ressalta que, enquanto países do Sul recuperaram rapidamente a população, fazendo os salários reais e renda per capita retornarem rapidamente ao seu patamar antigo, países do Norte aproveitaram a escassez do trabalho para tornar as atividades mais intensivas em capital. Condições institucionais (guildas mais flexíveis) que respondiam mais favoravelmente à crise criaram um ambiente propício a melhorias tecnológicas na manufatura e agricultura. Isso elevou a produtividade e a capacidade de produção para um número reduzido de trabalhadores. Outros hábitos comportamentais também contribuíram para o diferencial das duas regiões. O casamento tardio das mulheres, ocasionando menor fertilidade nos países do Norte, também impediria que a população crescesse e os salários reais caíssem mais rapidamente, facilitando a substituição. Como consequência, Inglaterra e Flandres passariam a despontar como crescente importância econômica, com crescimento da renda per capita superiores à italiana e espanhola nos séculos XIV, XV e XVI.

<sup>2</sup> Baten e van Zanden (2008) também confirmam o papel da instrução no desenvolvimento. Estudos empíricos mostraram evidências para uma correlação positiva entre o volume de livros per capita com o crescimento médio dos salários reais (indicador de aumento de produtividade) nos países europeus dos séculos XV a XVII. Uma população instruída e que lê dispõe de maior acumulação de capital humano. Outro teste realizado comprovava que a Grande Divergência está ligada aos ganhos de alfabetização e instrução alcançado nos séculos anteriores.



aritmética. No entanto, em sociedades que restringiram o acesso à educação, como as da Contrarreforma, houve um atraso significativo no progresso social e econômico, demonstrando o papel central da difusão do conhecimento no desenvolvimento europeu.

Peyrefitte descreve as origens do desenvolvimento comercial europeu no início do século XI, com o surgimento das primeiras corporações de ofício e a expansão comercial no Mediterrâneo. Observa um gradual crescimento da inovação e de técnicas no período medieval, apesar da mentalidade imobilista e da resistência das corporações de ofício as inovações nas cidades, surgidas no século XI. O campo absorveria com maior facilidade o progresso técnico, como moinhos de prensagem, melhorando a produtividade. Sendo o comércio medieval regulado por rígidas regras internas nas cidades, a concorrência é limitada. E sob constante protecionismo, cresce em meio a rivalidades políticas e a consolidação de estados nacionais, sendo um instrumento a serviço do poder político dos soberanos.

## **2.2. A Divergência religiosa**

Com a Reforma Protestante de Lutero e Calvino, no século XVI, surgiu uma divergência econômica entre os países do Norte e do Sul da Europa. A teologia cristã católica medieval tinha uma visão cética e condenatória do comércio, especialmente do empréstimo a juros, considerado pecado mortal. Em contraste, a mentalidade protestante, especialmente a calvinista, tornou-se mais tolerante e favorável à atividade financeira, considerada uma ocupação legítima.

A teologia de Calvino introduziu a ideia de uma "economia da salvação", onde a moralidade interna, ou a obediência do coração a Deus, era mais importante do que a observância de leis externas rígidas. Ele defendia uma liberdade de consciência, permitindo que os cristãos usufríssem dos dons de Deus com serenidade, sem medo de pecar em atividades mundanas, como o trabalho e o comércio. Calvino diferenciava a "lei cerimonial", que era aplicável apenas às circunstâncias históricas, da "lei moral", mais flexível e adaptável às condições presentes. Essa abordagem permitiu uma maior autonomia da vida econômica em relação à espiritual.

Calvino reinterpretou a parábola dos talentos, sugerindo que o trabalho era uma forma de realizar os dons e talentos concedidos por Deus. Para ele, o intercâmbio econômico, as trocas e a produção não eram vistos como atividades egoístas, mas como meios de fortalecer as relações humanas e glorificar a Deus. Ele incentivou o uso prudente e ético da riqueza, condenando apenas seu uso excessivo ou luxurioso.

Em contrapartida, a teologia católica pós-Concílio de Trento (1545-1563) reafirmou a autoridade eclesiástica e o papel das boas obras na salvação. Ao contrário da confiança protestante na fé, os católicos acreditavam na necessidade de ações concretas para alcançar a salvação. Isso manteve a subordinação da vida econômica à autoridade espiritual da Igreja, limitando o desenvolvimento comercial e financeiro. Leis coercitivas contra a usura foram implementadas em países católicos, enquanto na Holanda, Inglaterra e Suíça, o empréstimo a juros já havia sido admitido.

Peyrefitte argumenta que essa diferença teológica contribuiu para o distanciamento econômico entre o Norte protestante, que prosperou com uma economia mais flexível e inovadora, e o Sul católico, onde a vida econômica foi mais restringida e controlada pela Igreja.

### **2.3. O século XVII e as primeiras etapas da Divergência**

A terceira parte descreve historicamente a divergência, ocorrida entre o final do século XVI ao XVIII. Menciona a independência dos Países Baixos do império espanhol e a sua consolidação como potência comercial e marítima. Também descreve o *take-off* inglês e discute as causas da Revolução Industrial. Também discute as peculiaridades coloniais de cada país.

Peyrefitte, ao retornar ao tema da Reforma Protestante, examina outras possíveis causas da divergência econômica europeia, além da religião. Ele cita críticos da tese de Max Weber, como o historiador Hugh Trevor-Roper, que argumenta que o espírito capitalista não estava presente nos principados luteranos da Alemanha, berço da Reforma. Trevor-Roper também observa que empreendedores calvinistas demonstravam indiferença religiosa e lidavam com negócios de forma pragmática, sugerindo que a estrutura política e social dos países católicos, mais do que a religião, explicava a divergência.

Trevor-Roper aponta exemplos que desafiam a dicotomia protestantismo-progresso versus catolicismo-regresso. Ele cita a Escócia calvinista, agrária e economicamente atrasada, e a Inglaterra anglicana, mais próxima do catolicismo, como casos que não seguem essa lógica. No entanto, Peyrefitte argumenta que os empreendedores calvinistas desempenharam papéis financeiros importantes nos séculos XVI e XVII, emprestando dinheiro às monarquias católicas e dominando monopólios comerciais.

A imigração também foi um fator de divergência. Trevor-Roper destaca que o êxito econômico dos países calvinistas resultou da imigração de não-calvinistas, que fugiam de

perseguições religiosas. Peyrefitte concorda, mas afirma que essa imigração estava ligada à mentalidade de confiança e tolerância nesses países, como na Holanda. O caso da Holanda é emblemático, atraindo não apenas calvinistas, mas também católicos. Em meio a tolerância do meio que englobavam, católicos de países calvinistas assimilavam os valores locais, passando a adotar uma mentalidade de confiança que não encontrariam na Espanha, na Itália ou Portugal.

Peyrefitte também contesta a ideia de Trevor-Roper que a burocracia estatal foi a causa da divergência<sup>3</sup>. Peyrefitte aponta que o estado inchado e intervencionista nos países da Contrarreforma não teria ocorrido não fosse a mentalidade de desconfiança disseminada pelo Concílio de Trento. Uma mentalidade que exigia maior grau de controle moral do indivíduo exigia uma maior interferência do estado, e maior cumplicidade da Igreja com esta.

Peyrefitte observa que desde a Contrarreforma as encíclicas papais que condenavam o livre exame e viam com ceticismo a liberdade de consciência. A mentalidade contrarreformista repercutiria nos séculos posteriores. Entre as encíclicas que traziam elementos de desconfiança estão a *Syllabus* (1864), de Pio IX, *Libertas praestissimum* (1888) e *Rerum Novarum* (1891) de Leão XIII, a *Quadragesimo Anno* (1931), de Pio XI. Há uma reversão parcial a partir do século XX, com a Igreja incorporando temas já valorizados há séculos pelos protestantes. Encíclicas da *Mater et Magistra* (1961), de João XXIII e a *Centesimus Annus* (1991), de João Paulo II, revalorizaram a liberdade individual. A encíclica de João Paulo II marcaria finalmente a valorização do empreendedorismo pela Igreja, quanto ao seu papel criador de riquezas.

#### **2.4. Uma análise sobre as teorias do desenvolvimento**

Diversos teóricos do pensamento econômico são analisados, entre eles Adam Smith, Karl Marx, Max Weber e Fernand Braudel. Todos os autores mencionados falham, cada um à sua maneira, ao definirem o comportamento humano como reflexos passivos de forças sociais, históricas ou naturais. Não é possível aplicar o método das ciências naturais, de observar regularidades e causas a partir dos fenômenos observados, a uma ciência tão dependente de escolhas e decisões humanas como nas ciências sociais.

---

<sup>3</sup> A religião tem sido um objeto de estudos da história econômica. Dados econométricos de Barro e McCleary (2003) já mostraram a correlação entre diversidade religiosa e crescimento econômico. Um maior grau de intervencionismo estatal na confissão religiosa (a instituição de uma religião estatal) estaria correlacionado negativamente com o crescimento econômico.

Outros autores foram bem sucedidos no estudo de comportamentos sociais. Entre eles estão Montesquieu, Frederic Bastiat, Hegel, Schumpeter e Friederich Hayek. Todos eles trouxeram importantes contribuições ao que ele denomina *ethos* de confiança.

Peyrefitte também aborda a literatura do desenvolvimento recente, os modelos de Solow de acumulação de capital, a teoria do capital humano. Observa como as pesquisas do desenvolvimento contemporâneas estão convergindo para conclusões que há um “terceiro fator” crucial na alavancagem do desenvolvimento, que não depende de aspectos físicos e naturais, e sim intelectuais e culturais.

Peyrefitte, em linha com sua abordagem culturalista da economia, critica as variáveis do desenvolvimento encontradas no modelo de Solow como decisivas<sup>4</sup>. Suas críticas ao determinismo geográfico, biológico e material na influência das variáveis econômicas vai no mesmo sentido das de Mises e Hayek quando criticam o positivismo nas ciências econômicas<sup>5</sup>.

O mesmo fator material e externo pode exercer respostas diferentes a cada país ou indivíduo, não sendo possível encontrar uma regularidade causal e determinística desses fatores sobre as decisões humanas. Tal método seria mais apropriado para se realizar previsões nas ciências naturais, que aborda fenômenos de maior simplicidade, mas nunca na complexidade e instabilidade de agentes humanos, tão dependentes de escolhas subjetivas e individuais, estas ligadas a fatores psicológicos e culturais. Inclusive, a teoria econômica atual reconhece a imprevisibilidade das decisões dos agentes econômicos, encontrada na crítica de Lucas, da

---

<sup>4</sup> Apesar das críticas de Peyrefitte, a cultura constitui um fator crescentemente pesquisado na literatura econômica atual. Joel Mokyr (2011) observa que o período dos séculos XVI ao XVIII foi caracterizado pelo advento da ciência moderna e por grandes mudanças na intelectualidade europeia. Observou o crescimento nesse período do que ele denomina “empreendedores culturais”, indivíduos capazes de difundir e promover novas ideias no mercado intelectual europeu (meios acadêmicos, discussões públicas, imprensa, etc.) através da persuasão. Empreendedores bem sucedidos serão aqueles que possuírem ideias bem sucedidas e difundidas pelo meio intelectual europeu. A dinâmica das novas ideias expulsando as “antigas” seria impulsionada no período da Revolução Científica, destacando-se pensadores como o filósofo inglês Francis Bacon (1561-1627) e Isaac Newton. A Revolução Científica iniciada por Bacon no século XVI, daria crescente importância ao conhecimento prático e experimental em detrimento do puramente especulativo, até então predominante no escolasticismo das universidades medievais. Mudanças nas atitudes em relação ao novo, e uma mentalidade aberta à inovação e ao conhecimento prático tornaria possível a onda de inovação tecnológica que levaria à Revolução Industrial. Outros trabalhos como o de Bisin e Berdier (2001) buscaram estudar os mecanismos de transmissão cultural e evolução das preferências e hábitos individuais. Sapienza & Zingales (2008) analisa o impacto dos vieses culturais nas escolhas individuais em países europeus. Outros trabalhos de Berdier e Bisin (2004) também buscam encontrar relações entre crenças éticas e as políticas assistencialistas do *welfare state*.

<sup>5</sup> “A explicação behaviorista é desqualificada a partir do momento em que se constata que certas sociedades não se comportam da mesma maneira, mesmo quando diante de um meio ambiente idêntico.” (Peyrefitte, p.439)

incapacidade de se estimar previsões econométricas de variáveis macroeconômicas no curto prazo.

Peyrefitte aponta para uma dificuldade recorrentemente encontrada nos estudos do desenvolvimento, entre a singularidade dos fatos históricos observados e da universalidade da conduta humana. Até que ponto a Revolução Industrial foi reflexo de aptidões universais humanas ou relativa a um contexto histórico específico? A Grande Divergência iniciada na Europa do século XVIII poderia ter ocorrido em outra época ou civilização? Peyrefitte conclui que inúmeras tentativas de se explicar o progresso e retrocesso de civilizações revelaram-se infrutíferas.

A etologia é para Peyrefitte o estudo-chave da teoria do desenvolvimento. Portanto, encontrar uma causa central da Grande Divergência, se foi um fenômeno cultural, biológica, religioso ou climático, perde totalmente o sentido. Há uma falsa dicotomia entre se fatores religiosos como o protestantismo foram causas do capitalismo (Weber), ou vice-versa (Marx). A Reforma protestante *“serviu ao mesmo tempo de pedra de toque e de catalisador para uma mentalidade economicamente atuante que se desenvolvia havia muitos séculos, mais ainda na Europa meridional e na setentrional”* (Peyrefitte, p. 448) É a confiança o elemento presente em ambos os fenômenos, que possibilitaram tanto o crescimento da mentalidade protestante de tolerância religiosa quanto a da economia capitalista. Somente é a confiança capaz de dotar o homem de um espírito criativo e inovador. Uma sociedade que valorize e promova a confiança nos indivíduos será uma sociedade com maior grau de liberdade individual e econômica, um dos fatores indispensáveis à ação empreendedora e à produção de riquezas. A confiança não é causada por nenhum outro fator, resolvendo o impasse determinista, pois *“ela vem do fundo de nós mesmos, considerá-la a matriz de uma sociedade é remetê-la à interiorização, é afirmar que a sociedade não resulta de fabricação”* (Peyrefitte, p.449).

O conceito de confiança também faz desaparecer a dicotomia explicativa entre indivíduo e sociedade. A confiança em si e a confiança no outro são fenômenos correlacionados, pois não há confiança sem credibilidade. *“Não posso, [...] ter e manter confiança em mim mesmo se eu não for digno dessa confiança [...]. E, concedendo espontaneamente minha confiança a outrem, poderei mantê-la apenas se ele se mostrar igualmente digno”* (Peyrefitte, p.449). Como em um círculo virtuoso, a confiança mútua em uma sociedade cresce à medida que pessoas individualmente tornam-se dignas de confiança.

O desenvolvimento econômico, portanto, depende de disposições internas de agir. Espírito confiante tende a aparecer e desaparecer por vontade da escolha individual. A confiança tende a entrar em sociedades como ondas, impulsionando-as, e desaparecendo abruptamente, levando-as à crise. As circunstâncias que motivaram o desenvolvimento europeu no período moderno não foram muito diferentes da que fomentaram a sociedade grega do século V a.C, marcada pelo surgimento da democracia, da disseminação da moeda como instrumento comercial e do interesse pela ciência e filosofia. O mesmo ocorreria com a sociedade chinesa, impulsionada periodicamente por súbitas ativações do *ethos* de confiança nos sucessivos impérios dinásticos que surgiam e desapareciam.

A questão do desenvolvimento fundamental em Peyrefitte consiste, portanto, em como manter o *ethos* de confiança em uma sociedade. A divergência ocidental pode ser estendida a outros povos do mundo, incorporando o *ethos* de confiança em suas culturas<sup>6</sup>. Menciona-se o caso de sociedades asiáticas, como a japonesa, mostrando a abrupta mudança nos valores e costumes aristocráticos, reinterpretados para a atividade empresarial moderna.

Peyrefitte conclui então que a origem do desenvolvimento está nas disposições de comportamento e atitudes internas que tornem o homem aberto a inovar, agir, empreender e produzir, sem que se sinta inibido por retaliações ou hostilidades sociais. Trata-se de confiar na ação individual e não limitá-la por amarras externas e entraves.

### **3. McCloskey e a Dignidade Burguesa**

Similar a Peyrefitte, outra economista estabeleceria vínculos importantes entre o *ethos* da confiança e desenvolvimento econômico, embora sob outros termos. Trata-se da ideia da dignidade burguesa como motor do crescimento, exposta pela economista americana Deirdre McCloskey. A economista, ainda que tenha recebido forte formação na economia neoclássica e matemática, através da Universidade de Chicago, é marcada pelo ecletismo em seu pensamento, absorvendo diversas correntes epistemológicas heterodoxas para a análise econômica, como a Escola Austríaca de economia, o anarquismo metodológico de Paul

---

<sup>6</sup> O grande erro do desenvolvimento consistiria portanto: “Por que o desenvolvimento, após quatro séculos, permanece ainda tão limitado geograficamente? Por que é tão amiúde instável onde foi implantado? Porque se julgou possível fazer economia do fator imaterial, e fabricar desenvolvimento sem o *ethos* de confiança: reproduzir a história aparentemente dos mais favorecidos, sem proceder à revolução antropológica que os favoreceu” (Peyrefitte, p.458)

Feyerabend, a filosofia ética de Tomás de Aquino e Aristóteles e a filosofia da linguagem de Ludwig Wittgenstein.

Defensora de um pluralismo metodológico para o estudo das ciências sociais e crítica do positivismo, seus escritos são marcados pelo elevado grau de erudição e formação interdisciplinar. Para McCloskey a economia é uma disciplina que abrange campos de pensamento indo da ética, história até filosofia. Publicou uma série de livros, sendo os principais *A Retórica na Economia (Rethoric in Economics – 1985)*, sobre a importância da retórica na economia, e o *Culto à Significância Estatística (The Cult of Statistical Significance – 2009)*, criticando o uso excessivo da econometria.

Seus escritos de ética e história econômica estão reunidos na Trilogia Burguesa, composta em seu primeiro livro pela análise ética da economia capitalista liberal, *As Virtudes Burguesas (The Bourgeois Virtues)*. A Trilogia é completada pelas obras posteriores *Dignidade Burguesa (Bourgeois Dignity)* e a *Igualdade Burguesa (Bourgeois Equality)*, que reúnem uma análise histórica econômica das origens do capitalismo liberal e do desenvolvimento econômico moderno.

Será abordada nesta seção a seguir os principais pontos expostos em sua obra *Bourgeois Dignity*, o livro publicado em 2011, no qual é exposta a sua mais importante contribuição para a perspectiva ética do desenvolvimento econômico: a noção de “*dignidade burguesa*”.

### **3.1. O Grande Fato (Great Fact)**

A obra *Dignidade Burguesa* está centrada naquilo que os historiadores econômicos denominam de “Grande Fato”. O conceito de "Grande Fato" refere-se ao crescimento econômico sem precedentes e ao aumento do padrão de vida que ocorreram a partir da Revolução Industrial nos séculos XVIII e XIX. Entre 1700 e 2001, a renda real média per capita global aumentou em 16 vezes, com algumas regiões apresentando ainda maiores aumentos, como a Finlândia e o Japão, que multiplicaram suas rendas reais por 29 e 39, respectivamente<sup>7</sup>. Essa transformação proporcionou melhorias significativas nas condições materiais da população, resultando em um aumento do consumo e acesso a bens e serviços, devido ao avanço tecnológico que elevou a produtividade e reduziu os custos.

---

<sup>7</sup> Dados de Angus Maddison. 2006. *The World Economy*, pp.437,443

Entretanto, os benefícios do Grande Fato não foram distribuídos igualmente. Schumpeter desenvolveu a tese da destruição criadora, relatando que faz parte da dinâmica capitalista promover a renovação tecnológica com base na expulsão e falência de competidores<sup>8</sup>. Esse fenômeno, embora resultasse em avanços significativos, acarretava perdas para setores que não conseguiam acompanhar as mudanças, levando à expulsão do mercado de competidores ultrapassados. McCloskey contudo, defende que os ganhos econômicos desde 1800 superaram em muito as perdas setoriais, sustentando que as inovações tecnológicas são mais benéficas do que prejudiciais à sociedade

A partir de 1800, o "Acordo Burguês", conforme discutido por Deirdre McCloskey, emergiu como uma nova convicção social de que a inovação e o enriquecimento individual beneficiam a todos na sociedade. Essa ideia, que se contrapõe à tradição anterior de proteger os perdedores da inovação, resultou em um clima favorável ao empreendedorismo. A aceitação social da inovação foi crucial, uma vez que, em sociedades onde o capitalismo é valorizado, inovadores ganham dignidade e liberdade, impulsionando o crescimento econômico.

A inovação e o empreendedorismo nem sempre foram aprovadas socialmente na história. Segundo McCloskey, um sistema econômico, por mais que contribua para a melhoria do padrão de vida e do conforto material das massas, nunca ganhará aprovação social se não estiver legitimado nos valores morais daquela sociedade como bom e justo<sup>9</sup>. Uma sociedade com um código moral que aprove e legitime o capitalismo tenderá a conferir dignidade e liberdade àqueles que inovam, empreendem e enriquecem, como ocorrido inicialmente na Europa. Já sociedades que rejeitem os valores capitalistas <sup>10</sup>(vide Rússia czarista, China Imperial), que tratem comerciantes como uma subclasse, ou que limitem severamente suas atividades, com restrições e regulamentações, tenderão à inibição de forças criativas e inovadoras, levando à estagnação e destruição de liberdades individuais.

---

<sup>8</sup> Schumpeter, 1942.

<sup>9</sup> Sobre a questão da virtude e da formação dos valores éticos e morais em uma sociedade, ver em McCloskey, *Bourgeois Virtues: Ethics of an Age of Commerce*.

<sup>10</sup> "Capitalismo" em McCloskey serve como uma figura estilística para descrever a economia liberal, baseada na livre concorrência entre produtores e consumidores e ausência de intervenções, proteções e privilégios estatais, sem nenhuma conexão com o conceito convencional de modo de produção dado pelos marxistas. O mesmo ocorre com o termo "burguesia", recorrentemente usado no livro para referir-se ora à "classe média", ora aos "empreendedores"



O enriquecimento individual, até o século XIX, também era alvo de inveja e ressentimento social. Contos e escritos populares relatam que o desprezo pelo enriquecimento alheio tende a ser mais forte do que o próprio enriquecimento individual, mostrando padrões culturais em que a aversão à desigualdade é maior do que aversão à própria pobreza.<sup>11</sup>:

McCloskey critica a teoria econômica tradicional que busca explicar o Grande Fato por meio de fatores convencionais como capital, educação ou geografia. Em vez disso, ela argumenta que a aceitação da inovação e do empreendedorismo pelos indivíduos foi a verdadeira força motriz por trás do crescimento econômico, e não as restrições externas ou acidentes históricos.

O conceito do "homem frugal", promovido por Adam Smith, sugere que indivíduos que consomem menos do que ganham podem acumular capital e promover o crescimento econômico. Contudo, McCloskey refuta essa ideia, argumentando que a frugalidade era uma necessidade na Idade Média devido à escassez. A inovação, e não a frugalidade, foi o motor do desenvolvimento econômico, e o crescimento não foi exclusivamente causado por um aumento na poupança.

A teoria da acumulação de capital, que postula que o crescimento econômico depende da acumulação contínua de capital físico, também é contestada por McCloskey. Ela afirma que a verdadeira causa do crescimento econômico reside na inovação e não na frugalidade ou na acumulação de capital, desafiando a ideia de que a poupança é um pré-requisito para o desenvolvimento.

A hipótese da ética protestante, que sugere que o calvinismo impulsionou o enriquecimento econômico, é questionada por McCloskey. Embora reconheça que a ética protestante tenha promovido a emancipação individual, ela argumenta que a verdadeira força do desenvolvimento reside na inovação, não na religião ou na ética do trabalho.

---

<sup>11</sup>“(Uma) fábula em tcheco conta que São Pedro e Deus vagueavam pelo campo à procura de abrigo e sendo rejeitados até que um pobre casal de camponês os recebem em casa. Deus se revela, e conta que pela boa ação, os camponeses podem ter o que quiserem. O marido e a esposa rapidamente se consultam. O marido começa, “Temos apenas miseráveis galinhas, mas nosso vizinho tem uma cabra que rende leite todo dia ...” Deus antecipa: “Então você quer a cabra também?” “Não. Queremos que o senhor mate a cabra do vizinho”. Nenhum progresso. (McCloskey 2010, pp.81)

A teoria do capital humano, que atribui o desenvolvimento econômico à educação e à qualificação da força de trabalho, também é desafiada. McCloskey observa que muitos países com altos níveis de alfabetização não conseguiram se desenvolver economicamente, sugerindo que a educação, sem um ambiente social que valorize a inovação, não é suficiente para garantir crescimento econômico. O sucesso econômico, segundo ela, depende mais de um clima que favoreça à inovação e à destruição criadora do que de um foco exclusivo em educação ou acumulação de capital humano.

O conceito de instituições é frequentemente analisado de maneira mecanicista, destacando-se apenas como geradoras de restrições e incentivos aos indivíduos. No entanto, essa abordagem ignora a complexidade do comportamento humano, que vai além da simples maximização de utilidade. Segundo McCloskey, a prudência é uma virtude fundamental na ação humana, mas não a única. Outras virtudes como coragem, justiça e amor também desempenham papéis cruciais nas decisões dos indivíduos. McCloskey argumenta que a prática de atos criminosos não pode ser coibida apenas por meio de restrições econômicas, pois envolve moralidades e motivações subjetivas que não são influenciadas por alterações de preços.

A discussão sobre a consolidação dos direitos de propriedade diverge entre diferentes autores. Richard Pipes afirma que a Revolução Industrial na Inglaterra se deveu à consolidação dos direitos de propriedade, resultantes de um longo processo institucional, em contraste com sistemas despóticos como o russo, onde o poder estava concentrado nas mãos do soberano. Ele observa que sociedades patrimonialistas, como a Rússia e Portugal, carecem de um ambiente propício ao capitalismo moderno, dado o controle excessivo do Estado sobre a propriedade e a economia. Em contraste, a Inglaterra passou por um processo de redução do poder monárquico em favor da nobreza, que culminou na assinatura da Magna Carta e na formação de um Parlamento. Essa evolução política permitiu a consolidação de direitos civis e políticos, o que, segundo Pipes, incentivou o planejamento econômico de longo prazo.

McCloskey concorda que regimes despóticos dificultam a iniciativa econômica, mas discorda da ideia de que a solidez dos direitos de propriedade seja a única explicação para a excepcionalidade europeia. Muitas civilizações antigas também respeitavam a propriedade, mas não experimentaram o mesmo nível de desenvolvimento econômico. O respeito à

propriedade privada não era exclusivo da Europa, e em muitas sociedades, como na antiga China, as propriedades eram bem definidas. A ideia de que a presença de recursos naturais, como petróleo, impulsiona o crescimento econômico é criticada, com McCloskey argumentando que a economia se adapta à escassez e que o carvão, por exemplo, não foi a causa principal da divergência econômica.

Em relação aos transportes, a melhoria das condições de transporte não é vista como um fator determinante para a divergência econômica. Estudos mostram que a introdução de ferrovias, por exemplo, teve impacto limitado no crescimento econômico. A inovação não se restringe apenas a melhorias no setor de transportes, mas permeia todos os setores da economia.

A geografia e a disponibilidade de recursos naturais também são discutidas. Embora a geografia tenha seu papel, não explica adequadamente o fenômeno da divergência, já que civilizações como a chinesa e o Império Romano também experimentaram declínios sem industrialização. Da mesma forma, o comércio exterior era presente em civilizações antigas, mas não levou à inovação significativa.

A relação entre ciência e tecnologia é complexa. McCloskey reconhece a influência do Iluminismo na Revolução Industrial, mas discorda da ideia de que a ciência é a única responsável pelas inovações. Muitas invenções surgiram de experimentações práticas, sem respaldo teórico. O sucesso de uma inovação depende da capacidade do empreendedor de explorá-la no mercado. Portanto, sociedades com conhecimento científico elevado, mas que rejeitam valores burgueses, podem enfrentar estagnação econômica, mesmo possuindo estruturas científicas avançadas.

Em suma, o Grande Fato não pode ser compreendido apenas por fatores materiais; ele está intrinsecamente ligado a mudanças nas atitudes sociais em relação à inovação, empreendedorismo e às forças que moldam a economia capitalista.

### **3.2. Críticas à Economia de *Prudence Only***

McCloskey critica a abordagem moderna da economia, limitada ao estudo de apenas um aspecto virtuoso da conduta humana, a prudência. Seres humanos não somente visam maximizar seus interesses (*homo economicus*), mas agem conforme encontrarem um sentido as

suas ações. O que impulsiona o homem a agir, mais do que a maximização de bem-estar, é a retórica e a persuasão. Toda ação exige previamente uma deliberação interna do indivíduo, que avalia os benefícios e prejuízos que ele acha que irá trazer. O seu grau de convencimento interno quanto à ação determina se ele adotará tal conduta ou não.

McCloskey cita como exemplo o caso dos sinais de trânsito, e que incentivos externos que estimulem os motoristas a pararem, como o sinal vermelho, não necessariamente o farão pararem, se eles não estiverem convencidos e persuadidos previamente disso. Incentivos, sinais e dados externos exercem efeitos diferentes sobre os indivíduos, dependendo da maneira como eles interpretam a realidade e atribuem um significado a ela. Motoristas propensos a respeitarem a lei obedecem ao sinal vermelho por si próprio, sem qualquer guarda ou fiscalização, enquanto outros, de natureza anárquica, ou que veem a lei como uma afronta tendem a desobedecê-la. Nesse caso, forçá-los a pararem com coerção não implicará no seu acatamento, podendo piorar ainda mais a desobediência à lei. Ações são causadas por avaliações e interpretações subjetivas individuais. A maneira como esses indivíduos agirão dependerá, portanto, não dos incentivos externos, mas do grau de convencimento interno com a ação e do por que agir assim.

Assim, um sistema econômico liberal, que proveja o máximo de riqueza e bem-estar a uma sociedade, não necessariamente será o escolhido por uma sociedade, embora a racionalidade econômica e a maximização de utilidade digam que isso é o melhor para ela. Uma sociedade não necessariamente agirá prudentemente nessa situação e escolherá o melhor, pois a prudência não é a única virtude a ser alcançada pelos homens. McCloskey critica a abordagem econômica como sendo um tal da Prudência somente, dizendo que outras virtudes, como a caridade, temperança, coragem, esperança e fé, são importantes nas escolhas e decisões humanas, e devem ser consideradas ao se analisar o desenvolvimento econômico.

Portanto, a principal causa do desenvolvimento, segundo a autora, foi a valorização das virtudes associadas à dignidade burguesa, que deram um novo sentido moral à atividade comercial e conferiram um enobrecimento próprio em seus atos. Passou-se a confiar no caráter inovador e criativo do burguês, na aceitação da destruição criadora, e em exaltar mais os méritos da inovação tecnológica do que os malefícios que ela traz. Também se passou a valorizar a liberdade da ação empreendedora e inovadora, que, sem as amarras institucionais que inibam sua atividade, ver-se-ia livre para crescer e se desenvolver.

Essa mudança nos valores, denominada a Grande Reavaliação (*Great Revaluation*) se daria a partir do século XVII na Holanda, e se espalharia primeiramente para a Inglaterra para se expandir para o restante da Europa no século XIX, e para o restante do mundo no século XX. A Grande Reavaliação conferiria ampla valorização da liberdade de ação individual, e ampla dignidade conferida ao sucesso de indivíduos que empreendem e inovam, conferindo-lhes um status e valorização social ausente em outras épocas da humanidade.

McCloskey argumenta que a dignidade e a liberdade são motores cruciais para a inovação e a expansão econômica. Um ambiente que respeita a liberdade econômica e valoriza a classe empreendedora estimula a produção. Contudo, desequilíbrios em dignidade e liberdade podem prejudicar o progresso econômico, levando a status aristocráticos ou a mentalidades anticapitalistas. A onda inovadora do século XVIII surge, assim, de ganhos em dignidade e liberdade, começando na Inglaterra e se espalhando globalmente.

### **3.3. As Virtudes Burguesas.**

É em *Bourgeois Virtues* que McCloskey expõe mais claramente a definição do conceito de dignidade moral que usaria em *Bourgeois Dignity*. O ser humano é um ser moral, não necessariamente o *homo economicus* voltado apenas a seus interesses egoístas, mas também em ser bom. Adam Smith viria a refutar a ideia mandevilliana do interesse próprio, ao afirmar que o ser humano visa a estima e aprovação de seus semelhantes, através de ações dignas de louvor. A teoria econômica moderna, bem como toda a filosofia ocidental desde a Era Moderna, segundo McCloskey, é incompleta e reducionista ao falhar em enquadrar as virtudes éticas na conduta do agente econômico. A ação do empreendedor exige não somente o cálculo maximizador de utilidade (prudência), mas também coragem do burguês em assumir riscos nos empreendimentos, esperança quanto às incertezas no longo prazo, amor no trato com os demais agentes econômicos (respeito mútuo nas relações de trabalho), justiça nas atividades de compra e venda (honestidade e capacidade de honrar contratos e compromissos), e temperança quanto ao autocontrole dos excessos de consumo<sup>12</sup>.

Segundo McCloskey, todo burguês leva em consideração as virtudes éticas em suas ações, agindo não somente com a finalidade da prosperidade material, mas em alcançar o bem e a elevação espiritual. Nesse sentido, a separação entre mundo espiritual e sagrado, dedicado a

---

<sup>12</sup> McCloskey, 2006, p.508.

interesses mais elevados da alma, e o mundo terreno, o mundo prático e rotineiro das atividades cotidianos não ocorre de fato.

Ao contrário do que prega a classe artística e intelectual, tradicionalmente hostil aos valores capitalistas e comerciais (denominada “clerisy”), a mentalidade burguesa não é marcada pelo interesse material e a ganância. Como demonstrado em suas refutações, McCloskey rejeita a ideia do capitalismo ser caracterizado pela acumulação ilimitada como um fim em si mesmo. Indivíduos poupam e produzem pelas mais variadas motivações éticas e morais, não havendo contradição entre seus fins com a natureza do mercado em si.

### **3.4. As Sete Virtudes Cardeais**

Virtude, no sentido da filosofia clássica, são modos de agir praticados habitualmente pelo indivíduo e que definem sua conduta e caráter, visando alcançar a plena felicidade, entendida como o Bem absoluto. Alasdair MacIntyre define como uma “qualidade humana adquirida cuja posse nos permite alcançar aqueles bens que são inerentes a práticas e cuja falta nos impede efetivamente de alcançar tais bens.”<sup>13</sup>

O conceito de felicidade dos clássicos, ao contrário da felicidade dos utilitaristas de maximização do prazer e minimização da dor, não consiste na mera satisfação material, mas no ser humano agir conforme sua essência racional. Para Aristóteles, em *Ética a Nicômaco*, o ser humano pertence a uma categoria do ser diferenciado das demais espécies, pois é dotado essencialmente de uma alma racional, o que o diferencia dos animais, dominados tão somente de impulsos instintivos, e dos vegetais, tão somente de vida, e de minerais, somente de um corpo. Todo ser tende a um fim, ao qual cada um realiza sua verdadeira essência (a finalidade de uma faca é cortar, a do ser humano é agir racionalmente). Todo ser humano, portanto, tende naturalmente ao exercício de suas faculdades racionais. Uma boa ação será aquela em que o indivíduo melhor uso fez de sua natureza racional, enquanto a má será aquela em que menos uso fez, cedendo às suas paixões animais e irracionais, não fazendo uso daquilo que o define como ser humano.

McCloskey ainda ressalta que a felicidade clássica, entretanto, não estabelece normativamente e nem impõe dogmaticamente um bem único a todos os indivíduos.

---

<sup>13</sup> MacIntyre, *After Virtue*, 1981, p.178

Ao contrário de outros pensadores, como Kant e Platão, McCloskey prega o realismo ético, encontrado em Aristóteles. Kant defendia que ações humanas deveriam obedecer a máximas racionais ditadas pelo imperativo categórico. Para Kant, o ser humano deve tomar toda ação como se fosse universal. O ato de mentir, por exemplo, é desencorajado, independentemente da situação em que o indivíduo encontra, até mesmo quando coagido por forças que ameacem a integridade de sua família. Pelo realismo ético, a boa ação fica ao juízo de cada indivíduo e de sua consciência, que, conforme as circunstâncias locais que enfrente, decidirá qual ação é boa ou ruim, justa ou injusta, modesta ou exagerada. Escolhas morais são locais e variam com as circunstâncias, não existindo uma regra universal a ser aplicado a todas as circunstâncias.

McCloskey também é contrário à ética monista, que reduz todas as virtudes a um denominador comum de bem. Não há um bem absoluto único, nem um ser ideal único, a ser alcançado por todos os indivíduos, como pregava Platão, mas bens relativos e tipos individuais ideais que variam com disposições de caráter de cada indivíduo. Alguns indivíduos tendem a desenvolver-se mais em virtudes da caridade, e a despertarem maior benevolência com os demais, outros nas virtudes da prudência e temperança, com natureza mais calculista, enquanto outros nas virtudes de coragem, apresentando aptidões mais guerreiras. Tais tipos de caráter se encontra dispersamente presente na sociedade, determinando suas escolhas e conduta. Classes sociais podem ser divididas conforme as aptidões virtuosas que predominam em cada uma delas.

Exemplos morais e histórias de heróis são formas de inspirar indivíduos, que ao depararem com exemplos de ações de indivíduos corajosos ou caridosos, absorvem a sua conduta e tendem a reproduzi-las em circunstâncias parecidas ou semelhantes. Grandes exemplos morais se encontram em mitos, religiões, obras religiosas e sagradas, na biografia de santos e nos tipos de personagens em uma literatura.

Sociedades que tendem a valorizar tipos específicos de homens virtuosos tenderão a imitar suas virtudes mais facilmente. A sociedade grega, centrada na ideia do homem político da cidade-estado (*polis*), tendia a valorizar as denominadas virtudes “pagãs” ligadas ao temperamento controlado (temperança), probidade política (prudência), e justiça com os demais membros. Na era cristã, com os ensinamentos de amor ao próximo de Jesus Cristo, seria incorporada as virtudes teológicas, a caridade com o próximo, a fé em Deus e a esperança

na vida eterna. Na Idade Média, Santo Tomás de Aquino uniria tanto as virtudes clássicas da Antiguidade (presentes na literatura grega e latina), quanto as virtudes cristãs (4 + 3), compondo as Sete Virtudes Cardeais: Coragem, Justiça, Prudência, Temperança, Fé, Esperança e Caridade.

### **3.5. Conclusão**

Critica-se a influência da retórica burguesa no crescimento ao se observar que os valores de dignidade e liberdade burguesa praticamente desapareceram da alta cultura e da política no mundo. Ameaças ao Acordo Burguês existem desde meados do século XIX, com a ascensão de uma elite intelectual hostil ao capitalismo e à burguesia, denominada de clerisy, estendendo-se até os dias atuais. Exemplos se mostram abundantes na literatura ocidental, no movimento romântico (Charles Dickens, Victor Hugo, Gustave Flaubert), artistas, pensadores (Karl Marx, Saint-Simon, Proudhon, Lênin), McCloskey argumenta que os valores burgueses ainda permanecem intactos no senso comum, sendo valores compartilhados pelo grosso da população. Críticas aos valores burgueses, presentes tanto na esquerda (marxismo, ambientalismo), quanto na direita (nacionalismo, fascismo) representam a opinião de uma parcela ínfima da população mundial. A opinião pública pró-capitalista se faz presente nos meios midiáticos (Reader's Digest, uma das revistas de maior circulação nos EUA, Revista Veja no Brasil). Contudo, McCloskey reconhece a capacidade de eventuais reviravoltas no clima de ideias levarem à destruição dos valores burgueses, pondo fim à dinâmica de crescimento capitalista. Foi o caso dos regimes marxistas-leninistas na Rússia e no Leste Europeu, bem como regimes fascistas na Península Ibérica, levando países à estagnação.

Observa-se a necessidade dos valores pró-inovação serem constantemente renovados entre gerações em uma sociedade. Uma sociedade que inova, prospera e desenvolve será aquela que mais êxito terá em internalizar em seus indivíduos as sete virtudes cardeais associadas à classe burguesa. E a capacidade de tais indivíduos absorverem a conduta burguesa dependerá de quão persuasivo achará tais condutas boas e justas. Sociedades que atribuem significado positivo as ações e virtudes burguesas tornar-se-ão sociedade que valoram dignidade e a liberdade para a classe empresarial, conteúdo indispensável para a inovação. Sociedades que a rejeitam tenderão a hostilidade ao espírito criativo e inovador, gerando estagnação e



empobrecimento das camadas de menor renda, podendo retroceder o padrão de vida social a níveis da era pré-Revolução Industrial.

#### **4. Comentários sobre os dois autores**

McCloskey e Peyrefitte apresentam impressionantes similaridades quanto ao objeto de estudo e às conclusões alcançadas. Os dois autores criticam o paradigma da teoria do desenvolvimento convencional, além de ressaltarem o papel da ética na compreensão da Revolução Industrial e a decolagem (“*take-off*”) dos países ocidentais a partir do século XVIII. Ambos relacionam a Grande Divergência com a presença de um ambiente cultural e social propício à liberdade individual e à inovação. Ambos falam da importância em se construir um ambiente de valorização do empreendedorismo, dignificando o comércio e as oportunidades de lucro sobre o qual arbitram. O *ethos* da confiança de Peyrefitte e a dignidade burguesa de McCloskey são conceitos que tratam de uma mesma ideia: a de que uma mudança profunda nos valores e na mentalidade ocorreu na Europa no período imediatamente antecedente à Revolução Industrial, impulsionando o seu enriquecimento ininterrupto até os dias atuais.

McCloskey não descarta os resultados e as evidências encontradas em outras variáveis na elevação do crescimento, como capital humano ou instituições. McCloskey apenas ressalta que tais variáveis não foram os fatores decisivos da Grande Divergência. Os direitos civis e políticos conquistados na Inglaterra com a Revolução Gloriosa não foi a causa essencial do enriquecimento, apesar de contribuir em parte. A Revolução Industrial subsequente nunca teria ocorrido caso os ganhos econômicos trazidos por instituições consolidadas não fossem legitimados e protegidos socialmente por uma retórica favorável ao comércio e à livre concorrência. O mesmo para a educação. Os ganhos de educação alcançados nos países protestantes, como a Suécia ou Holanda, nada teriam contribuído para o crescimento econômico não fossem a retórica burguesa que desse uma legitimidade social a indivíduos qualificados no ensino superior dedicados ao setor produtivo. Caso não existisse a retórica, nenhum retorno da educação sobre o crescimento ocorreria, ocorrendo o semelhante ao registrado na China dos Mandarins, com a aristocratização de classe educada, hostil ao dinheiro e comércio. Portanto, para McCloskey, é a ética burguesa que traz como consequência tanto instituições sólidas que a protegem como o aproveitamento do capital

humano acumulado para fins econômicos. São, portanto, os valores e ideias os motores por trás de mudanças estruturais na economia e do crescimento econômico.

Peyrefitte também chega à conclusão semelhante, ao analisar as causas da imigração em países de cunho protestante como a Holanda e Inglaterra. O enriquecimento de ambos os países não pode ser explicado somente pela imigração em si, ou seja, a atração de mentalidades criativas e de capitais para tais países. Foi o ambiente cultural aberto à liberdade e à criatividade individual que tornaria tais países atrativos para empreendedores e inovadores. Atitudes que promovam o cerceamento das liberdades individuais, como o ocorrido com o Édito de Nantes na França, expulsando a rica classe comercial dos huguenotes, criou desincentivos para a imigração de novos comerciantes. Isso se verificaria posteriormente com a dificuldade em repatriar novamente os mesmos protestantes. A atitude de hostilidade de Luís XIV com os calvinistas fez romper com o *ethos* de confiança na sociedade francesa, afugentando novos comerciantes, capitais e inovadores. Como consequência, seria prejudicado o processo empreendedor de exploração e arbitragem de oportunidades de novos lucros, atrasando o processo de industrialização do país.

Apontar causas iniciais à Grande Divergência não faz sentido, pois não se trata de relações mecanicistas e independentes. Todos os fatores causais concorrem a um único, estando correlacionados entre si e ocorrendo simultaneamente. Como observado:

“A própria ideia de causa inicial tem algo de absurdo. Não pode senão reduzir o fenômeno a proporções modestas. Nunca se encontrará uma causa que seja suficiente: nem a predestinação calvinista, nem a "ascese puritana", nem a ruína da Antuérpia, nem a superpopulação da Holanda, nem as técnicas financeiras herdadas dos florentinos e dos lombardos, nem os recursos do carvão, nem a navegabilidade dos rios ingleses, nem o banco de técnicas em que a Inglaterra se tornou no século XVIII. E invocar uma convergência fortuita de todas essas causas é ainda desistir de explicar o que constitui a unidade dinâmica do fenômeno: isto é, o que lhe confere caráter acumulativo e global.”  
(Peyrefitte, p. 477)

#### **4.1. Ethos de confiança e Dignidade burguesa**

Para Peyrefitte, valores internos tendem a mover decisões de agentes individuais, constituindo o “terceiro fator imaterial” dos estudos econômicos do desenvolvimento. Peyrefitte menciona inúmeros autores que vem estabelecendo uma ligação entre ação econômica e disposições mentais do ser humano. Propõe o estudo da etologia comparada, uma nova ciência social definida como a “ciência dos comportamentos, costumes, mentalidades dos distintos grupos humanos”.

Peyrefitte menciona o período do século XVI-XVII como de importantes mudanças de valores nos países europeus. Países até então semelhantes em mentalidades e atitudes culturais passaram a divergir entre si. Enquanto países católicos como Portugal, Espanha e Itália enrijeceram o seu espírito criativo e empreendedor com o advento da Contrarreforma, nos países protestantes (Holanda, Suíça e Inglaterra) houve um florescimento dos negócios e a dignificação das atividades comerciais e financeiras. O fim da condenação da usura neste último, e a repressão ostensiva do primeiro pelo regime absolutista evidenciam tais diferenças. Outras evidências empíricas apresentadas ao longo do livro mostram a permanência de ambas as divergências, confirmando que diferenças econômicas se devem sobretudo a diferenças de atitudes mentais. A liberdade individual era para Calvino uma forma de “possibilitar-nos a aplicação dos dons de Deus na maneira como foram para nós traçados”. Por outro lado, a teologia católica pós-Concílio de Trento levava à desconfiança e obediência atormentadora da consciência individual à hierarquia católica.

O processo de *take-off* iniciada nos países protestantes não é repentino, mas resultado de um longo e gradual processo de divergência cultural, iniciado com a Reforma do século XVI. Peyrefitte analisa até que ponto há uma correlação entre protestantismo e capitalismo<sup>14</sup>. Também busca as razões do o capitalismo ter sido um fenômeno tão recente na história da humanidade. Conclui que ambos os fenômenos estão relacionados ao *ethos* da confiança, no qual derivam e são produtos, pois “não há uma simples relação mecânica de causa e efeito” (Peyrefitte, p.448). Países protestantes desenvolveram o capitalismo não devido à teologia protestante em si, mas por nela existir disposições mentais e culturais que favoreceram a

---

<sup>14</sup> O fator cultural teria sido o principal agente, se não exclusivo, das transformações econômicas? Ou tão-somente um auxiliar, uma força complementar, preciosa, mas secundária, da modernização? Se o calvinismo (certo calvinismo) acompanhou o desabrochar de vigoroso desenvolvimento econômico, esse desenvolvimento poderia romper sem ele? O ovo teria chegado à maturidade? O calvinismo teria apenas chocado esse ovo preexistente - sem tê-lo posto? (Peyrefitte, p.447).

confiança. O protestantismo possibilitou o surgimento de uma sociedade de confiança, na qual o respeito à liberdade individual predomina. O oposto do que se verificaria em um ambiente de desconfiança, ausente em cooperação social, de forte polarização de classes e grupos, em que atividades comerciais são vistas como fraude, e comerciantes alvos de inveja social e vistos como exploradores. Nesse ambiente, dificilmente haverá o fomento da atividade empreendedora.

McCloskey observa no período antecedente ao Grande Fato a ocorrência do processo conhecido como a Reavaliação Burguesa (Bourgeois Revaluation), entre os séculos XVI e XVII, o mesmo período em que Peyrefitte aponta as mudanças mentais ocorridas na Europa. Até então, sociedades tendiam a ver inovações industriais e a concorrência como desagregadoras. Na Europa Medieval, Guildas disciplinavam regulavam a atividade comercial e manufatureira, e a profissão de comerciante tinha um papel social marginalizado em relação à aristocracia militar e ao clero religioso. Em McCloskey, o período de transição dos séculos XVI e XVII é marcado na ressignificação dos valores e comportamentos. No teatro elizabetano inglês, obras de Shakespeare faziam referências a um tipo social em ascensão. A palavra “honesty” até então ligada à honra e à dignidade aristocrática (significando uma pessoa nobre), passaria a referir-se cada vez mais as virtudes burguesas de cumprimento dos contratos e promessas (passando a significar pessoa de palavra).<sup>15</sup> Na Holanda, a prudência torna-se a virtude mais valorizada, constantemente referenciadas simbolicamente em obras civis e monumentos públicos<sup>16</sup>. Obras literárias inglesas da época, como a de Jane Austen, trazem ao centro da trama o espírito prudente e diligente do burguês<sup>17</sup>. No século XVIII, as novas virtudes burguesas são sistematizadas nas filosofias de David Hume e Adam Smith, este último criando um sistema ético fundado na liberdade e na economia de mercado. McCloskey, entretanto, em nenhum momento menciona as origens religiosas da Reavaliação Burguesa.

Ambos os autores ressaltam a ligação fundamental entre o fenômeno histórico da Grande Divergência europeia com o empreendedorismo. Tanto o *ethos* da confiança como a dignidade burguesa são termos que se referem ao mesmo conceito explicador para a sua

---

<sup>15</sup> McCloskey, 2006, pp.294-295

<sup>16</sup> McCloskey, 2006, pp.291-292.

<sup>17</sup> McCloskey, 2006, pp.373-375

ocorrência. Na verdade, tanto McCloskey quanto Peyrefitte estão fazendo referência ao conceito austríaco da função empreendedora (*alertness*), descrito por Kirzner como um dos motores da atividade econômica e coordenação do processo de mercado. Também Schumpeter o descreve como um fator motor do processo dinâmico de inovação e das ondas inovadoras capitalistas. O modelo econômico de McCloskey bem expressa a atividade empreendedora como a variável  $I()$ , que tende a produzir choques inovadores e elevação da produtividade total da economia. McCloskey adiciona à literatura sobre o empreendedorismo o fato de que a exploração de oportunidades de lucros e a inovação tende a crescer à medida que tal prática é respeitada e reconhecida socialmente (dignidade), e que não seja impedido por entraves externas (liberdade).

Ao comentar a dignidade burguesa como promotora da atividade comercial, McCloskey realiza uma análise que se enquadra na proposta etológica de Peyrefitte. Para a etologia, fenômenos sociais são produtos de disposições internas de caráter dos agentes, que transformam a realidade à medida que estejam dispostos a fazê-lo. Em McCloskey, atitudes e modos de agir de um indivíduo ou grupo social estão ligadas à maneira como eles interpretam internamente ações e lhes dão um significado. Foi o que aconteceu na Europa com a Reavaliação Burguesa. McCloskey, assim como Peyrefitte, também se questiona se a Revolução Industrial poderia ter sido replicada a outros povos e épocas. Soluciona o impasse entre a singularidade histórica do fenômeno e a universalidade da conduta humana ao introduzir o elemento da retórica e da persuasão. Sociedades industriais e livres são aquelas persuadidas dos valores comerciais e capitalistas. A Grande Divergência não é privilégio de um povo, ou época. Mais do que um fenômeno europeu e moderno, pode se estender a outras épocas e partes do globo. Basta que sociedades se convençam. É o caso da mudança radical do paradigma econômico na China com as reformas de Deng Xiaoping, e do amplo crescimento recente de países emergentes, como a Índia.

A questão do desenvolvimento é um problema de persuasão também para Peyrefitte ao afirmar que:

“De fato, é um paradoxo de nossa época que o marxismo tenha mobilizado tantas energias para impor suas ilusões, que os povos tenham feito por ele tão grandes sacrifícios, muitas vezes com genuíno entusiasmo, e que as sociedades de desenvolvimento se tenham

mostrado incapazes de suscitar idêntica adesão.[...] Mas o colonialismo, a guerra fria e os interesses egocêntricos de sua própria prosperidade sucessivamente desviaram as sociedades de desenvolvimento da empresa de persuasão em escala global. Ainda hoje (em 1995), com o céu internacional mais desanuviado, gosta-se mais de comerciar do que de convencer, mais de mudar o caráter local das empresas do que de mudar as próprias ideias” (Peyrefitte, p.460)

O desenvolvimento de países subdesenvolvidos depende de contínuos esforços dos desenvolvidos e organismos internacionais na persuasão e introdução de novas mentalidades e ideias favoráveis ao empreendedorismo e liberdade econômica a esses países. Não se trata de transferências de capital, nem de reformas institucionais nas leis, cujas tentativas revelaram-se infrutíferas em países pobres<sup>18</sup>, mas de ativar em sua população o *ethos* de confiança.

## **5. Conclusão**

Conclui-se que ambos os autores introduzem uma nova abordagem na teoria do desenvolvimento. McCloskey e Peyrefitte não tiveram contato entre si. A Sociedade de Confiança foi publicada em 1995, 11 anos antes da série *Bourgeois* de Deirdre McCloskey. Ambos apresentam a mesma conclusão do fator mental como crucial no desenvolvimento, tanto a retórica quanto o estudo etológico são formas diferentes de se referirem ao mesmo fenômeno e processo social ocorrido na Europa. Espera-se que a literatura econômica absorva mais tais conceitos, superando os impasses deterministas e mecanicistas decorrentes do estudo do desenvolvimento. Trata-se de incorporar a ideia de que não são instituições, nem geografia ou capital humano a causa inicial da industrialização, nem que operam isoladamente entre si. Não se trata de estimar quantitativamente qual o fator que, se isolado

---

<sup>18</sup> Evidências recentes na região da África Subsaariana mostram que populações locais viam a terra como um bem inegociável, impedindo a existência de empréstimos colaterais e o desenvolvimento do mercado de crédito. Bancos também enfrentavam resistências populares na tomada judicial do bem colateral em caso de calote da dívida. Mudanças institucionais no mercado de crédito pouco impacto teria, visto que mentalidades hostis a ele estão arraigadas na população. Ver Karol C. Boudreaux, "The Legal Empowerment of the Poor: Titling and Poverty Alleviation in Post-Apartheid South Africa," *Hastings Race and Poverty Law Journal*, Vol. 5, 2008, pp. 309-37. Ver também Karol Boudreaux and Paul Dragos Aligica, *Paths to Property: Approaches to Institutional Change in International Development* (London: Institute of Economic Affairs, 2007).

dos demais e independentemente aplicado, influenciaria mais. Todos eles operam em conjunto, sendo indispensável a presença de um e de outro.

Ainda não se sabe ao certo o processo de disseminação de novas ideias e valores em uma sociedade. Desenvolver e enriquecer um país é um trabalho de convencer e introduzir novas mentalidades e valores em um país. E isso é uma tarefa constantemente a ser mantida, pela classe formadora de opinião, artistas, jornalistas e intelectuais. Cabe à classe pensante de um país a responsabilidade de disseminar valores amigáveis ao capitalismo e à economia de mercado. Revoluções socialistas e movimentos fascistas que dominaram o cenário ocidental no século XX foram precedidos por uma classe intelectual e artística hostil aos valores liberais e burgueses a partir de meados do século XIX. A futura sobrevivência e continuidade da economia de mercado, e de seus valores inerentes de inovação baseada na liberdade de iniciativa.

## 6. Referências bibliográficas

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W. D. Ross In: Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1973, v.4

BECKER, Sascha O., Erick Hornung, Ludger Woessmann. 2009. **Catch Me If You Can: Education and Catch-up in the Industrial Revolution**. Stirling Economics Discussion Paper 2009-19. Em <https://dspace.stir.ac.uk/dspace/handle/1893/1613>

CARVALHO, Olavo de. 1997. **Aristóteles Em Nova Perspectiva - Introdução À Teoria Dos Quatro Discursos**. Rio de Janeiro: Topbooks,

CIPOLLA, Carlo M. 1994. **Before the Industrial Revolution: European Society and Economy, 1000-1700**. 3rd ed. New York: W.W. Norton.

DELONG, J. Bradford. 1989. **The Protestant Ethic Revisited: A Twentieth Century Look**. Fletcher Forum 13 (Summer): 229-242, e em manuscrito. Em [http://econ161.berkeley.edu/pdf\\_files/Protestant\\_Ethic.pdf](http://econ161.berkeley.edu/pdf_files/Protestant_Ethic.pdf)

DIAMOND, Jared. 1997. **Guns, Germs and Steel: The Fates of Human Societies**. New York: Random House.

FAORO, Raymundo, 1957. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3ed. rev. – São Paulo : Globo, 2001

FOGEL, Robert. **Railroads and American Economic Growth: Essays in Econometric History**. Baltimore: John Hopkins University Press.

GILOMEE, Hermann. 2003. **The Afrikaners: Biography of a People**. Cape Town: Tafelberg; Charlottesville: University of Virginia Press

GREIF, Avner. **Institutions and the Path to the Modern Economy: Lessons from Medieval Trade**; Cambridge University Press (2006); 526p.

KIRZNER, Israel M. 1973. **Competition and Entrepreneurship**. Chicago: University of Chicago Press.

MACFARLANE, Alan. 1978. **The Origins of English Individualism: The Family, Property, and Social Transition**. Oxford: Basil Blackwell.

MACINTYRE, Alasdair. 1981. **After Virtue: A Study in Moral Theory**. Notre Dame: University of Notre Dame Press

MADDISON, Angus, 2006. **The World Economy**. Paris: Organization for Economic Cooperation and Development

MCCLOSKEY, Deirdre N., e John Nash. 1984. **Corn at Interest: The Extent and Cost of Grain Storage in Medieval England**. *American Economic Review* 74 (March): 174-187.

\_\_\_\_\_. 1998. **The Rethoric of economics**. Madison: University of Wisconsin Press

\_\_\_\_\_. 2007 **Bourgeois Virtues: Ethics for an Age of Commerce**, University Of Chicago Press; 1 edition

\_\_\_\_\_. 2011 **Bourgeois Dignity: Why Economics can't explain Modern World**, University Of Chicago Press

MITCH, David. 2003. **Human Capital**. Em Mokyr 2003<sup>a</sup>



MOKYR, Joel. 1990. **The Lever of Riches: Technological Creativity and Economic Progress**. New York: Oxford University Press.

PEYREFITTE, Alain **A Sociedade de Confiança: Ensaio sobre a Natureza e Origem do Desenvolvimento**; Instituto Piaget (1997), Rio de Janeiro; 596p

PIPES, Richard. 1999. **Property and Freedom**. New York: Knopf

SCHUMPETER, Joseph. 1942. **Capitalismo, Socialismo e Democracia** – Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961

WEBER, Max. 1922. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**, 4ed. 3ª reimpressão – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.